

**GT18. Produção imobiliária, segregação socioespacial**  
**Desigualdades socioespaciais e letalidade na Metrópole Carioca**

Manoel Ricardo Simões

IFRJ

manoel.simoes@ifrj.edu.r

Esse trabalho é um resumo de uma publicação mais ampla editada em 2021 onde produzimos uma série de mapas que analisavam a relação entre desigualdades sociais e os padrões de violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O resultado foi a constatação do óbvio, existe uma política de segurança que é diferenciada para cada fração do território da Metrópole, seguindo rigorosamente ao longo do tempo uma lógica que é explicitada na diversidade de atuação das polícias frente as diferentes classes e composição racial das pessoas que residem nessas frações. Esta atuação se reflete nas diferentes taxas de letalidade em cada uma dessas frações de maneira a valorizar diferenciadamente a vida dos moradores segundo a cor da sua pele e status social.

Palavras chave – Metrópole, desigualdade, violência

### **1.Introdução**

Nesse texto vamos analisar, com a ajuda de alguns mapas, as diferentes taxas de letalidade que ocorrem nas diferentes frações territoriais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e comparar estas com alguns indicadores sociais que demonstram as desigualdades sociais entre classes e a cor da pele predominante dos moradores destas frações. Por conta das limitações de páginas e tamanho do texto, somente 2 Gigabytes, faremos uma escolha por uma manifestação da violência, que consideramos a mais sensível, que são os crimes contra a vida, sintetizadas no indicador geral Letalidade.

O primeiro passo foi reconstituir o processo de formação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) utilizando a sua delimitação de 2010, pois esta possuía um conjunto de dados agregados com maior detalhamento, com exceção dos municípios, então, recém incorporados como Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Tanguá. O município de Petrópolis que não aparece com dados representados porque não fazia parte da mesma na data base. Esse resgate nos parece essencial pois como nos ensina Milton Santos (1987), a relação entre forma, função e estrutura só pode ser entendida através do seu processo de formação.

Tomamos como marco temporal, o final do século XIX, por considerarmos que é nesse momento que a cidade colonial entra em processo de transformação na cidade

capitalista que irá se tornar a futura metrópole e que dará origem ao quadro de desigualdades socioespaciais que verificamos nos dias de hoje.

Para elaborar os mapas das desigualdades utilizamos informações do Censo de 2010 (na ausência de dados de 2020/22), até porque não esperamos grandes transformações estruturais no quadro de 2010, talvez o acirramento das desigualdades e algumas mudanças pontuais em algumas estruturas sociais em alguns bairros. Para facilitar a análise e diminuir o número de unidades estatísticas, usaremos o agrupamento em Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), que agrega setores censitários com similaridades entre si e que se diferenciam de outros setores, as vezes no mesmo bairro, como, por exemplo, a UDH Pavão Pavãozinho que está no bairro de alto padrão de Copacabana. Este agrupamento aparece na publicação, *on line*, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013) e que foram tratados pelo autor, com o objetivo de retratar uma divisão em classes sociais mais próximas da realidade do que os quantis fixos utilizados na citada publicação.

No que diz respeito a análise dos dados sobre a violência, vamos utilizar a estrutura utilizada pelos órgãos de segurança, particularmente o Instituto de Segurança Pública (ISP), encarregado de coletar, organizar e divulgar os dados sobre a criminalidade no Estado. Esta estrutura mostra a atuação dos Batalhões de Polícia Militar (BPM), que são responsáveis, prioritariamente, pelo policiamento ostensivo e prevenção dos crimes, numa Área Integrada de Segurança Pública (AISP). A Polícia Civil, responsáveis pelas investigações dos crimes, atua nas Delegacias de Polícia (DP) que respondem por uma área chamada de Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP), onde são realizados os registros de ocorrência. Do mesmo modo, trataremos esses dados, com a criação de novos agrupamentos classes que procurem demonstrar, com mais nitidez, as diferenças entre as unidades de análise utilizadas, nos casos as AISPs e CISPs.

Assim como a produção do espaço tem história, a violência também tem a sua e foi evoluindo concomitante com a formação da metrópole como resultante desta. São dois processos indissociáveis, a produção da desigualdade e da violência desigual, que se manifestam concretamente nas ocorrências criminais e podem ser explicitadas, ainda que com ressalvas, nos indicadores que produzem. Recomendamos a leitura de Alves (2022).

Criamos assim um percurso que vai do processo histórico de formação da metrópole que cria uma grande desigualdade socioespacial que desemboca em diferentes padrões de violência, em especial a letalidade que expressa os crimes contra a vida

## **2. Desigualdades socioespaciais e recorte racial na Metrópole**

As desigualdades socioespaciais não surgem de um momento para o outro, elas são produzidas ao longo do tempo num processo histórico de produção do espaço dentro de uma lógica determinada por um modo de produção e um sistema socioeconômico articulado a uma formação socioespacial em suas diferentes escalas (Soja, 1993), (Harvey, 1992). No caso brasileiro e, mais especificamente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o processo de produção/reprodução dessas desigualdades se estabelecem desde a conquista desse território e a fundação da cidade e que se intensifica e inicia a implementação/consolidação da sua forma atual a partir da virada do século XIX para o século XX.

O ponto de partida desse processo pode ser as primeiras medidas de ordenação do território e controle da população da cidade do Rio de Janeiro com a criação de comissões de saneamento e melhoramentos que, embora tenham uma inspiração higienista, possuem um objetivo de adequar o espaço da cidade a sua nova realidade de inserção no sistema mundo capitalista que se instala no país (Abreu, 1987). O resultado é um conjunto de medidas e reformas, que vão aos poucos ou em momentos chaves, destruindo a velha ordem e seu arranjos espaciais e introduzindo novas ordens e formas.

A reforma Passos de 1903 pode ser considerada um marco do processo de início do modelo de segregação socioespacial que gera o atual padrão de desigualdades socioespaciais da Metrópole. Entre tantas medidas e estratégias, a principal foi a de “limpar” o centro dos “usos sujos”, expulsando algumas atividades econômicas e a população pobre desta região. Com isso, se intensificou o nascente processo de favelização e se consolidou o embrião do modelo de segregação com a criação dos eixos de distribuição da população segundo sua classe social, os de maior renda na direção da orla da futura Zona Sul e os mais pobres nos eixos das ferrovias em direção à Zona Norte, os futuros subúrbios e à futura Baixada Fluminense (Simões, 2011).

Assim, observamos uma a periodização da ocupação urbana a partir do início do século XX, com a consolidação desses dois eixos que adotam modelo distintos. O da Zona Sul terá seu padrão de ocupação determinado pelo nascente capital imobiliário em

associação com o poder público, com a produção de bairros “planejados”, dotados de infraestrutura e acessibilidade e com casas e, num segundo momento, edifícios residenciais com alto padrão e destinados as camadas abastadas e, posteriormente, médias da população. Esse modelo não impediu que populações pobres se instalassem nesses locais, mas a sua inserção se deu através das favelas localizadas nos morros que circundam as planícies destinadas ao primeiro grupo citado (Campos, 2005).

As demais reformas ocorridas ao longo do século XX e a intensa migração campocidade desse período contribuíram para a consolidação desse modelo, que através da destruição/reconstrução das áreas centrais e a ocupação da periferia com a implementação e consolidação do trinômio ferrovia-loteamento-popular-autoconstrução, possibilitou a expansão rumo a Zona Oeste e Baixada Fluminense ao longo dos ramais Japeri, Santa Cruz e Gramacho – Saracuruna, processo este reproduzido no eixo Niterói-São Gonçalo. (Simões, 2011).

A articulação desse trinômio se dá quando se criam melhorias na rede ferroviária, como a eletrificação, a tarifa de preço único e o aumento do número de trens de passageiros, que viabilizam morar a grandes distâncias por diminuírem o custo e o tempo de viagem entre essas localidades e os centros de empregos nas áreas centrais. Paralelamente, o afrouxamento da fiscalização por parte das prefeituras, permite a instalação de loteamentos populares sem nenhuma infraestrutura e que, por isso, se tornam extremamente baratos e acessíveis a massa migrante que está chegando à região. O terceiro componente é autoconstrução, onde o morador com ajuda de familiares e amigos constrói por conta própria a casa onde irá morar.

Desse modo, se garante a moradia a baixo custo, eliminando o peso dos aluguéis no orçamento familiar o que possibilita a sobrevivência com salários muito baixos, beneficiando a um só tempo, o Capital, em suas diversas frações, que pode auferir lucros altíssimos e o Estado, que se exime de investir numa política de produção de casas populares e pode investir nos bairros habitados por populações politicamente mais fortes (Simões, 2011).

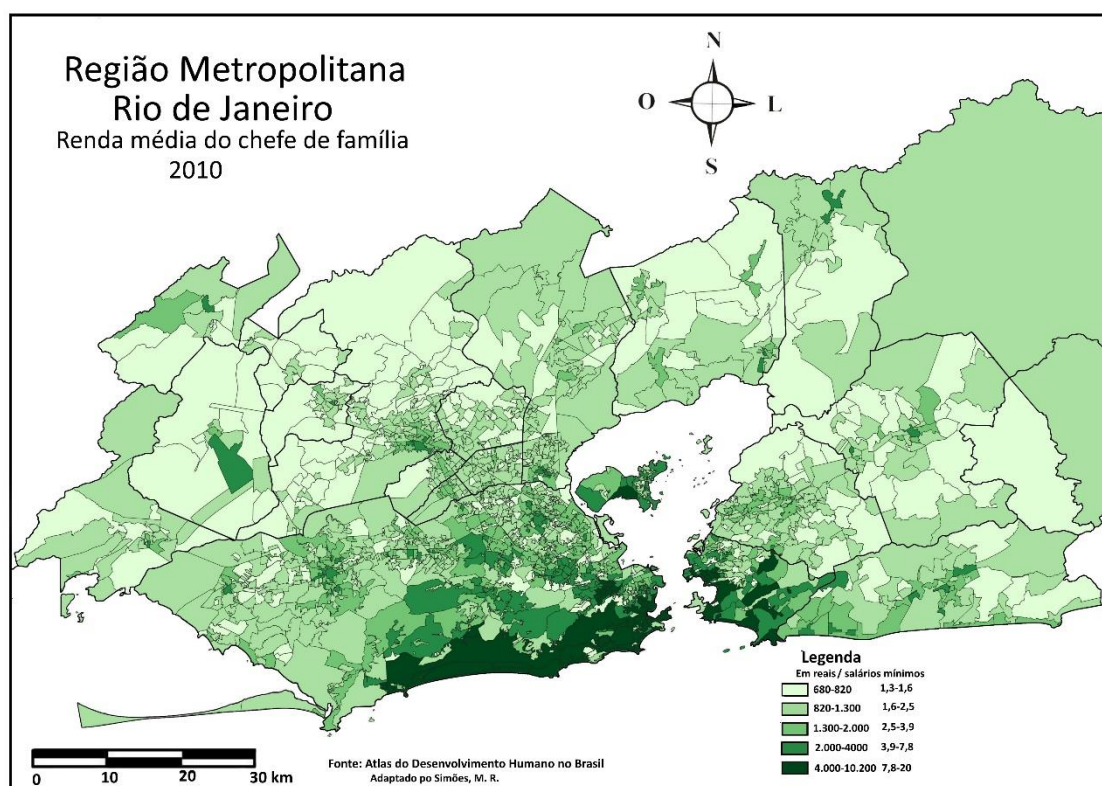
O resultado desse processo foi a consolidação de uma extensa mancha urbana com uma imensa desigualdade de acesso a bens e equipamentos públicos e privados que interferem na qualidade de vida e se exprimem atualmente na forma de abismos sociais

que podem ser medidos com a análise de indicadores sociais e econômicos. Como afirma Milton Santos (1987), criam-se territórios onde parece que não existe ninguém.

Há diversos indicadores que podem ser utilizados para demonstrar a desigualdade entre grupos e classes sociais, na publicação utilizamos mais de dez indicadores. Aqui, por conta dos limites de páginas utilizaremos apenas dois: renda e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que articula esta com outros indicadores de educação e saúde, para em seguida comparar com o mapa racial.

O mapa 1 diz respeito a renda média do chefe de família, onde se percebe um gradiente decrescente desta, partindo das regiões centrais como a Zona Sul e Barra da Tijuca em direção aos subúrbios e a Baixada Fluminense, interrompido por algumas exceções, tais como rendas baixas no primeiro grupo, que correspondem as favelas aí existentes e rendas relativamente elevadas nas periferias, que correspondem às áreas centrais e sedes dos municípios dessa região. Esse padrão se repete na orla oriental da Baía de Guanabara, partindo de Niterói em direção à São Gonçalo, Itaboraí e Maricá.

Mapa 1 – Renda Média do chefe de Família na RMRJ

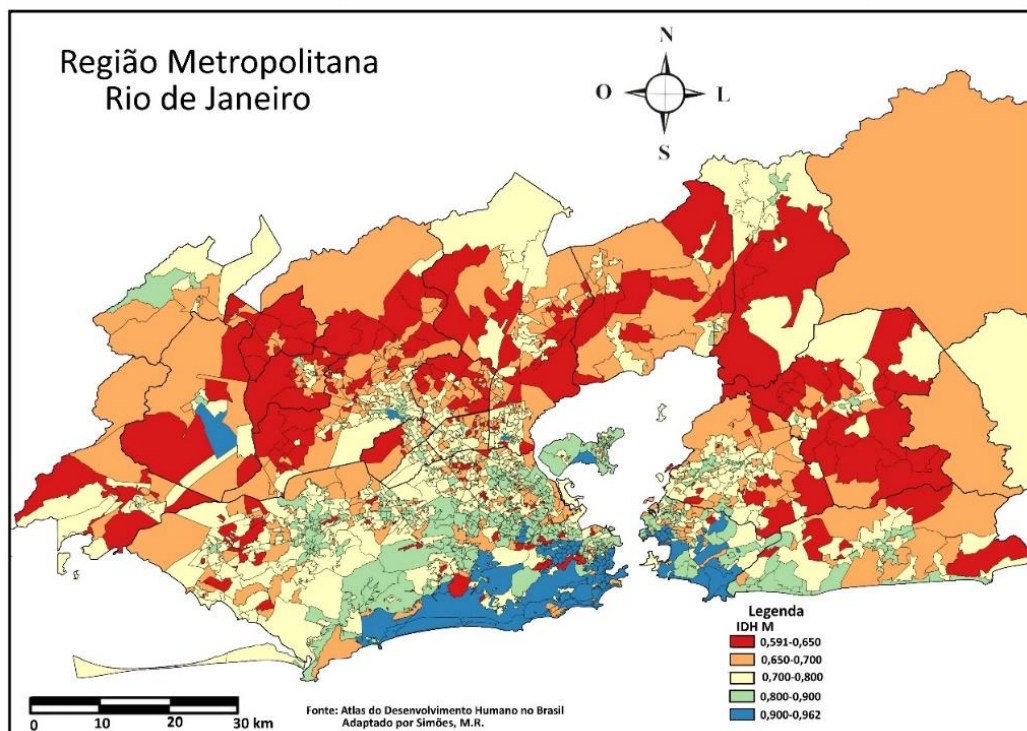


Fonte: Simões, 2021

O mapa de escolaridade, que tivemos de excluir, para dar conta do limite de tamanho, mostraria a proporção de adultos com curso superior completo, sendo praticamente idêntico ao de renda, demonstrando uma forte associação entre esses dois indicadores. Embora possa haver exceções a esta regra, em geral, quanto maior a escolaridade, maior a renda, pois as oportunidades de acesso a trabalhos e empregos melhor remunerados são diretamente proporcionais a formação intelectual dos indivíduos, com a grande ressalva de que essa relação não é imediata e mecânica, existindo um sem número de condicionantes, que podem interferir nessa relação.

No terceiro indicador, no campo da saúde, seria o da mortalidade infantil, por considerar que esta expressa mais visceralmente essa desigualdade, pois ao não conseguir evitar a morte de crianças, o sistema socioeconômico demonstra sua face mais cruel, ainda mais quando isso se dá de modo diferenciado. Nesse dado estatístico, verificamos um “negativo” dos dois primeiros, onde se chega ao absurdo de encontrar entre lugares distantes a menos de 50 quilômetros de distância, taxas até quatro vezes maiores, o que significa, por exemplo, que uma criança que nasce na Barra da Tijuca tem quatro vezes mais chances de sobreviver ao primeiro ano de vida do que uma que mora em localidades de Japeri.

Mapa 2 – Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ



O mapa 2, do Índice de Desenvolvimento Humano, como era de se esperar, é muito similar ao mapa de renda, até porque esta tem um peso considerável na formação desse índice síntese. Na realidade, essa relação é muito forte porque uma renda elevada permite escolher morar em locais com maior acesso a bens e serviços públicos e privados de educação, saúde, cultura, transporte etc. que permitem uma vida consideravelmente melhor do que naqueles locais privados desses bens e serviços. O padrão encontrado é o mesmo já observado no mapa de renda, um alto IDH na Zona Sul e Barra da Tijuca e o gradiente decrescente em direção aos subúrbios e periferias, com as também já citadas exceções, como nas favelas e nos centros de alguns bairros e municípios que interrompem essa lógica linear.

Para demonstrar que essas desigualdades pelo território possuem um caráter ainda mais perverso e que carrega o componente “cor da pele”, utilizaremos em momento posterior, associado aos homicídios cometidos por policiais o mapa racial, adaptado da publicação da ONG Patadata, que mostra a distribuição desse indicador pela metrópole.

O que observamos é uma relação bastante forte entre esse mapa e os anteriores. As áreas onde predominam pessoas pretas e pardas, são aquelas que apresentam menor renda e escolaridade, maior mortalidade infantil e menor IDH. Inversamente, as áreas habitadas por maioria de moradores brancos apresentam os melhores índices. Na publicação completa, fazemos considerações sobre a origem dessa desigualdade, que aliás já foi bastante explorada em diversos trabalhos e publicações, que concordam com a origem histórica da mesma e que ela se expressa bem explicitamente no espaço urbano.

Diante dessa rápida explicitação do que vem a ser desigualdade social no território metropolitano, podemos passar para o passo seguinte que é o de demonstrar que as políticas de segurança pública ao longo dos éculos, e mais especificamente entre 2010 e 2020, são elaboradas a partir dessa desigualdades, produzindo uma atuação diferenciada das polícias nestas frações do território, de maneira planejada, articulada e intencional, que produz um padrão de distribuição das diferentes ocorrências de acordo com o perfil majoritário dos moradores dessas frações.

### **3. A desigual manifestação da violência e letalidade no território**

Para efeitos didáticos, vamos demonstrar alguns mapas que mostram como está estruturada, territorialmente, a atuação das polícias militar e civil. O mapa 3 mostra os

BPMs e suas áreas de atuação. Como dissemos antes, os BPMs fazem o policiamento ostensivo e quando ocorre um crime ele é registrado numa DP na CISP onde este ocorreu. Desse modo pode haver uma ou várias DPs na área de atuação de um BPM, cujos policiais registram o crime que será investigado pela DP local ou, em alguns casos, por uma DP especializadas.

Sabemos que esses dados não refletem fielmente a realidade, pois entre o fato e o seu registro há um sem-número de variáveis que podem determinar o seu registro ou não, seja pela distância da delegacia até o local da ocorrência, seja pela descrença nas futuras investigações e sua resolução. Também devemos levar em consideração de que o pequeno valor do objeto subtraído pode desestimular o registro e por último, mas não menos importante, o medo dos autores do crime, principalmente em territórios dominados por grupos armados, sejam eles traficantes, milicianos ou membros das próprias forças de segurança.

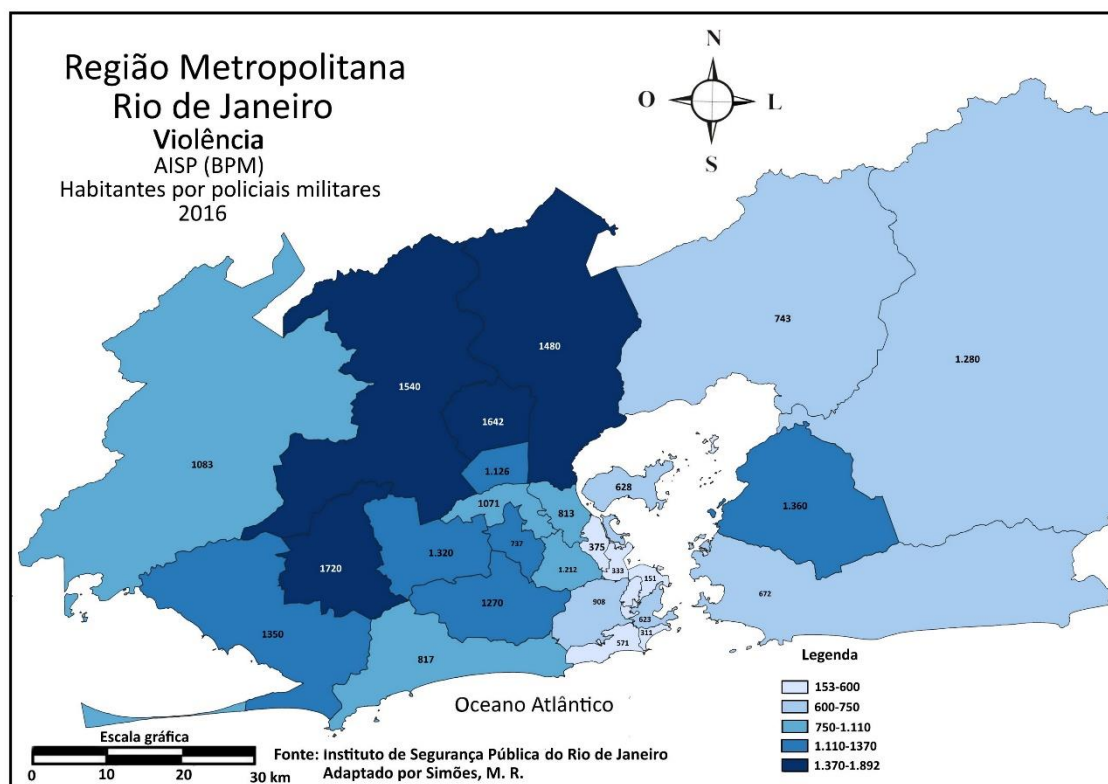
Quando observamos a estrutura dos equipamentos de segurança pública, sua distribuição pelo território e o número de agentes públicos lotados nesses órgãos, já verificamos que a desigualdade já começa por aí, tanto no tamanho da área sob jurisdição do BPM e no número de DPs nesta área. Há BPms que cobrem áreas imensas e bastante povoadas, como o 20º BPM de Mesquita e outro se ocupam de áreas minúsculas como 19º BPM em Copacabana.

A análise do mapa<sup>3</sup> demonstra como a política de segurança é desigual. Nele temos a relação entre número de moradores por policiais lotado no BPM, o que teoricamente indica o número de moradores a serem “servidos e protegidos” por cada policial. Para explicitar essa desigual distribuição tomaremos dois extremos, de um lado dois BPMs da Baixada, o já citado 20º de Mesquita e 39º em Belford Roxo, e um da Zona Oeste o 40º em Campo Grande. Estes possuem, respectivamente, 1540, 1642 e 1720 moradores a serem “servidos e protegidos” por um policial. Na outra ponta, temos o 19º de Copacabana e o 23º do Leblon, onde há 311 e 573 moradores para serem servidos e protegidos porá cada policial (a ausência das aspas é proposital).

Para agravar essa desigualdade, devemos lembrar que uma série de unidades especializadas, tais como batalhões e delegacias especializadas, tais como turísticas, grandes eventos e operações especiais, entre outros, se localizam nas áreas onde já existem batalhões e delegacias que possuem mais efetivos e cobrem áreas menores.

Resumindo, nos bairros habitados por brancos e ricos há entre três e cinco menos moradores por policial e em áreas bem menores e com maior infraestrutura de mobilidade do que em áreas habitadas por pobres pretos e pardos que são imensas e com infraestrutura de mobilidade reduzida. Em português claro, fica muito mais difícil evitar um crime e/ou prender o autor em flagrante na segunda área do que na primeira. E ainda nem falamos da disponibilidade de equipamentos e viaturas que também são diferenciadas.

Mapa 3 – Habitantes por policial na RMRJ



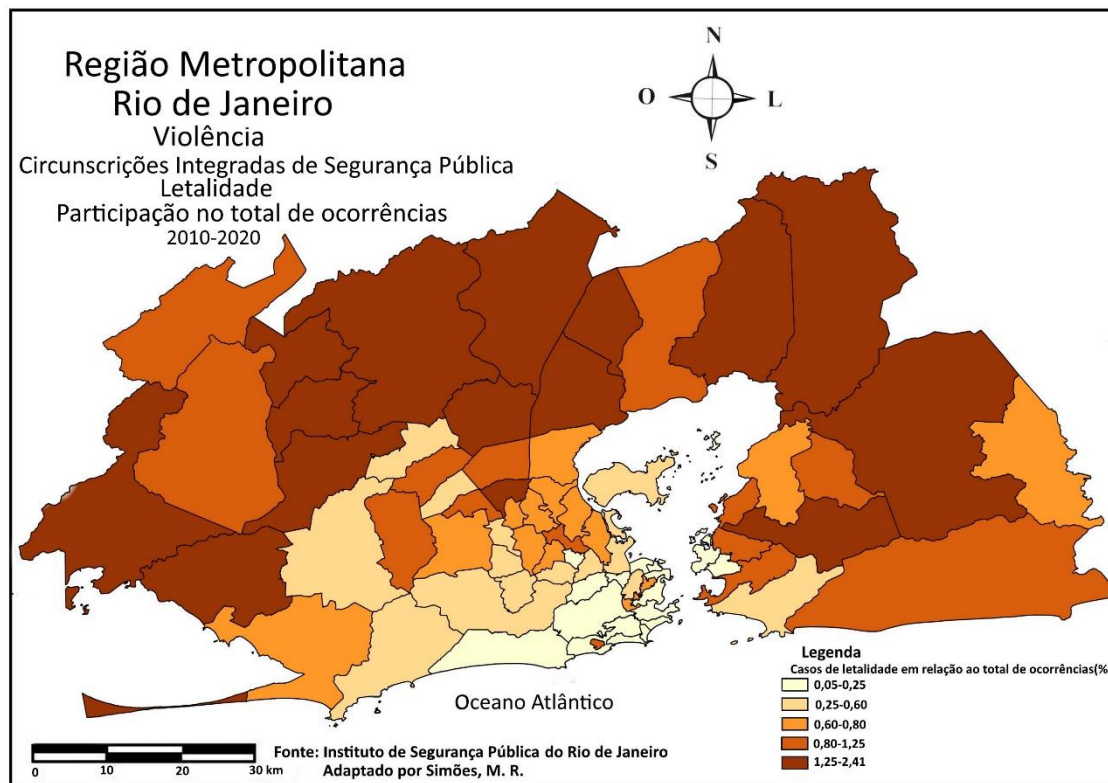
Fonte: Simões, 2021

Vários indicadores demonstram os efeitos dessa diferenciação como, maior ocorrência de furtos e roubos em alguns lugares do que em outros, mas vamos focar nossa análise nos crimes contra a vida, pois a consideramos mais importante do que qualquer objeto. O indicador agregador dessa modalidade de crime é “letalidade”. O mapa 4 mostra a diferente participação desse indicador no total de ocorrências em cada CISP

Os valores podem aparentar uma pequena diferença absoluta, pois estão entre 0,05 e 2,41%, entre os valores mínimos e máximos. Todavia quando analisamos a proporção entre elas, verificamos que isso significa que essa participação chega a ser quase 50 vezes maior na periferia do que na Zona Sul. Há lugares onde a morte é rara e em outros ela é

cotidiana. Isso fica mais evidente quando se observa o mapa seguinte, onde temos os homicídios dolosos absolutos e onde eles ocorreram no ano de 2019.

Mapa 4 – Letalidade na RMRJ



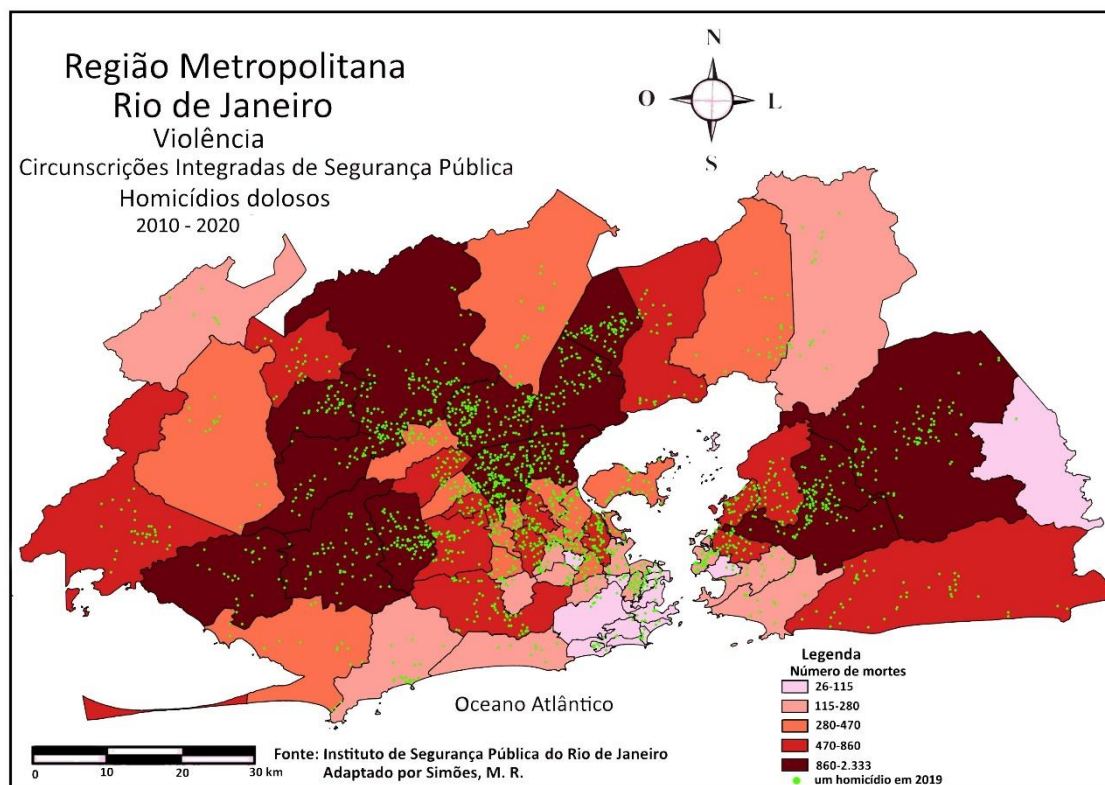
Fonte: Simões, 2021

Analisando o mapa 5, que mostra os homicídios cometidos por, oficialmente civis contra civis, verificamos que os dados são impressionantes, tanto em termos absolutos, quanto relativos, o melhor exemplo é a comparação entre a 13ª CISP de Copacabana e a 54ª CISP em Belford Roxo. Em Copacabana foram assinadas 26 pessoas em dez anos (lembrando que essa CISP abrange algumas favelas, inclusive o dado pontual demonstra que essas mortes aconteceram numa favela específica a Pavão Pavãozinho), enquanto em Belford Roxo, foram 2333 assassinatos nesses mesmos dez anos. Comparando as taxas relativas, que estão em outro mapa excluído, na primeira são seis morte por 100 mil habitantes e na segunda são 48 mortes por 100 mil habitantes.

Analisando esses mapas, no padrão geral, verificamos que eles são quase perfeitamente simétricos aos da desigualdade, pois os piores indicadores de violência ocorrem nas áreas onde há os piores indicadores de renda e escolaridade e há uma maioria de pessoas pretas e pardas morando nesses lugares. Nesse caso temos pobres matando

pobres, sem que a polícia seja capaz (ou não deseje) de impedir essa guerra fratricida. Na verdade, o mapa 6 a seguir demonstra o contrário, as polícias fazem parte desse genocídio

Mapa 5 – Homicídios Dolosos na RMRJ



Fonte: Simões, 2021

Esses dados são uma síntese da atuação da polícia na RMRJ onde se percebe um contraste evidente, os dados relativos mostram que a média decenal de mortes causadas por agentes do Estado, ou seja, quando um policial mata alguém, varia de zero a 34 pessoas, reproduzindo quase que integralmente a lógica dos homicídios dolosos, ou seja, na Zona Sul a polícia não mata ou se mata é somente em último caso. Já na periferia e favelas, mata-se primeiro e se pergunta depois.

No mapa 6, de dados absolutos e articulado com o mapa racial, a lógica é mesma, se em média a polícia matou 120 pessoas entre 2010 e 2020, ou seja, 12 pessoas por ano. Contudo, em alguns locais, como Ipanema, por exemplo, a polícia não matou ninguém neste período de dez anos e em outros, como em Belford Roxo, foram 617 assassinatos cometidos por policiais. Os pontos no mapa mostram os locais exatos onde essas mortes ocorreram, nas favelas e periferias. Se isto não significa uma política explícita de atuação

policial diferenciada, nos perguntamos o que seria necessário para comprovar? Uma declaração por escrito dos comandantes, secretários e governadores? Seria pedir demais.

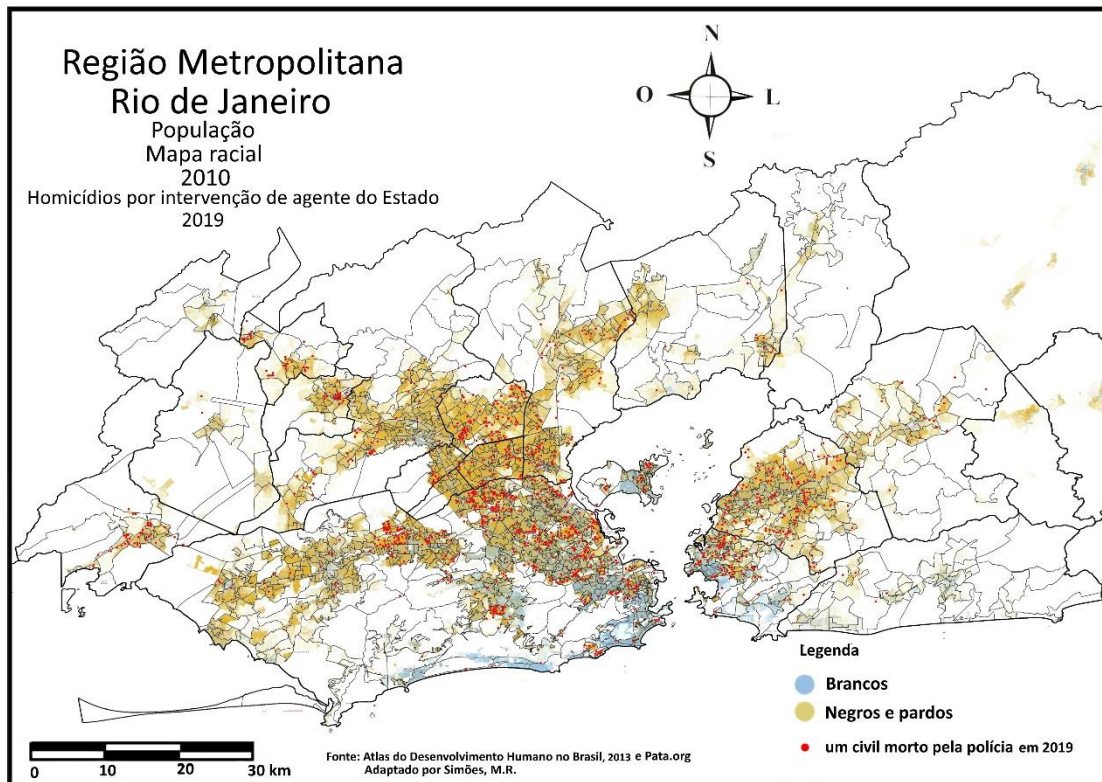
No caso dos homicídios dolosos, ou seja, civis matando civis, a análise dos dados deixa a evidente que a maior concentração destes ocorrem em áreas habitadas majoritariamente por pretos e pardos e sua quase ausência nas áreas habitadas por brancos, numa distribuição similar à encontrada no mapa 6. Obviamente, pode acontecer de um branco, que mora em áreas onde é minoria, ser assassinado e o mesmo com negros e pardos em áreas onde predominam os brancos. Uma simples análise de cada registro de morte vai revelar que isso é residual e irrelevante do ponto de vista estatístico.

Para deixar ainda mais evidente o conteúdo discriminatório, cujo componente de classe está explícito, vamos demonstrar o caráter racial dessa política, analisando o mapa 6. Uma rápida análise demonstra o óbvio, a polícia não mata nas regiões habitadas majoritariamente por brancos, nem intencionalmente, nem acidentalmente por uma “bala perdida” e o motivo é bem evidente, ela não dispara tiros nesses locais e isso é uma orientação vinda dos comandantes de batalhões que cumprem ordens de secretários e do próprio governador. Por outro lado, nos batalhões periféricos há relatos de que apenas um policial atirou mais vezes do que todos os policiais do 19º BPM de Copacabana.

Um relato autobiográfico demonstra isso, eu estava na praia em Copacabana e a polícia abordou um grupo de jovens, um deles fugiu na minha direção, o policial sacou a arma, mas quando me viu abaixou a mesma e não atirou no fugitivo. Para contribuir no entendimento devo dizer que sou idoso e branco e um tiro em mim na Praia de Copacabana ia aparecer na TV local, nacional e provavelmente internacional e poderia comprometer a imagem da cidade para os turistas, e digo isso sem nenhuma pretensão pessoal, basta acompanhar a repercussão de crimes já ocorridos na Zona Sul da cidade.

Essa representação da realidade através desse conjunto de mapas e suas análises é parte de uma linha de pesquisa que tenho desenvolvido com o objetivo de compreender, mais profundamente, as dinâmicas desses processos e, conseqüentemente, contribuir para o debate e a busca de soluções que não sejam a repetição desta nefasta política de segurança pública planejada e implementada na RMRJ desde sua consolidação enquanto tal.

Mapa 6 – Homicídios por intervenção da polícia e cor da pele da vítima na RMRJ



Fonte: Simões, 2021

#### 4. Considerações finais

Esses mapas e análise são uma pequena parte desse trabalho mais extenso e aprofundado que venho desenvolvendo, cujo link de acesso se encontra nas referências bibliográficas. O que tentei demonstrar aqui é que não existe “erro policial”, “efeito colateral” ou coisa similar que está presente nos discursos oficiais do Estado e nas entrelinhas da grande mídia, que tentam justificar o injustificável. O que existe é muito mais que uma política de governo é uma política de ESTADO que vem sendo planejada e implementada no Rio de Janeiro há décadas e talvez séculos.

O que temos é, de um lado, uma omissão na “guerra entre os pobres”, que vai desde o deficiente policiamento ostensivo até o incentivo a formação de grupos armados, passando pelo frágil controle de armas e munição. Do outro lado, uma “guerra aos pobres”, através da atuação brutal e deliberada das polícias através do confronto cotidiano

e das operações pontuais de grande impacto onde o número de mortos pode chegar a dezenas.

Para finalizar, antes que apareçam críticas e observações que apontem para uma versão em que essa “guerra” é provocada por grupos criminosos organizados e os que morrem “fizeram por merecer”, o que em parte é verdade, fica como registro o último mapa que corrobora com o que apontamos aqui, há uma atuação diferenciada da polícia no “combate à criminalidade” que pode ser resumida em uma opção pelo confronto aberto nas áreas habitada por pobres pretos e pardos e por operações de “inteligência” nas áreas habitadas por brancos abastados.

O melhor indicador dessa realidade é a análise dos casos de crianças atingidas por “balas perdidas”. Se no caso dos confrontos seguidos de morte, a polícia, imediatamente apresenta a ficha criminal do morto (como se isso justificasse a sua execução) com seus diversos crimes e suas diversas passagens pelo sistema penal, no caso das crianças se tenta eximir a polícia da responsabilidade ter disparado o tiro. Mesmo quando há imagens e os laudos apontam a responsabilidade do policial, se alega que havia um confronto e que o tiro foi acidental, isso quando não se imputa às crianças ou parentes próximos ligações com o crime.

A realidade, porém, destrói esse discurso do “efeito colateral” quando a espacialidade do fato é revelada, não há um só caso de crianças atingidas em área de alto IDH, somente nas periferias e favelas, onde parece ser normal atirar e existe uma comunidade habitada por pessoas pobres, pretas e pardas. As “balas perdidas” não acham crianças brancas.

## **5. referências bibliográficas**

Abreu, Mauricio de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN RIO/ Jorge Zahar Editor, 1987

Alves, José Cláudio de Souza. Dos Barões ao extermínio, a história da violência na Baixada. Rio de Janeiro, Consequência, 2022.

Campos, Andreilino. Do quilombo à favela. A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

Harvey, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992

Simões, Manoel Ricardo, Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense. Nova Iguaçu: Entorno, 2011.

Simões, Manoel Ricardo, Desigualdades sociais e violência na Metrópole Cariocas 2010-2020. Nova Iguaçu, Entorno, 2021

Soja, Edward. Geografias pós-modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993